

ENTREVISTA ROGÉRIO F. FERREIRA Fiscalista

“Vão diminuir as reversões fiscais contra os devedores subsidiários”

O ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais analisa a decisão do TC que obriga a AT e os tribunais a não aplicar o “travão” à prescrição de dívidas de gestores de empresas insolventes.

Qual é o comentário que lhe merece esta decisão?

Como é sabido, a nossa Constituição reserva à Assembleia da República (AR) a competência para legislar em matéria de impostos e sistema fiscal, o que significa que o Governo apenas pode legislar nesta matéria quando for devidamente autorizado pela AR para o efeito.

Acontece que, na situação em apreço, essa autorização não existe. Efetivamente, é defensável que o regime previsto no artigo 100.º do CIRE seja aplicável às dívidas tributárias do devedor insolvente, na medida em que a regra de suspensão prescricional de todos os créditos consubstancia uma garantia da operacionalidade do processo de insolvência.

Nesta perspetiva, poderá dizer-se que, ao autorizar o Governo a regular um processo universal de insolvência, incluía-se nessa autorização da AR a necessidade de determinar a suspensão da prescrição de todas as dívidas do devedor, incluindo as dívidas fiscais. Todavia, este raciocínio não procede quando aplicado às dívidas, não do devedor, mas do responsável subsidiário do devedor principal insolvente, dado que este se encontra fora do âmbito do processo de insolvência.

Declaração de insolvência acabou por funcionar como uma nova causa para suspender prescrições...

Sim, a interpretação do artigo 100.º do CIRE no sentido de abranger os responsáveis subsidiários originaria uma nova causa de suspensão do prazo de prescrição que não decorre, salvo melhor opinião, nem da autorização concedida ao Governo, para regular um processo universal de insolvência, através da Lei n.º 39/2003, de 22 de Agosto, nem de qualquer outra norma produzida ou autorizada pela Assembleia da República, pelo que andou bem o Tribunal Constitucional ao declarar a inconstitucionalidade da norma quando interpretada dessa forma.

Esta norma do CIRE foi frequentemente aplicada?

No âmbito do Direito Tributário, a prescrição consiste numa garantia do contribuinte contra a Administração



ROGÉRIO F. FERREIRA
Fiscalista

Tributária (AT), cuja invocação impede a cobrança do imposto, uma vez que a dívida prescrita deixa de existir. Nos últimos anos, esta norma do CIRE foi, frequentemente, aplicada a administradores e a gerentes que exerçam funções de administração e de gestão de empresas, traduzindo-se na suspensão da contagem do prazo de prescrição das dívidas até ao final do processo de insolvência, o que, na prática, consiste num alargamento do prazo que assiste à AT para proceder à cobrança das mesmas.

Com esta decisão, vão diminuir as penhoras no vencimento de responsáveis subsidiários de empresas?

Em função deste Acórdão do Tribunal Constitucional, pode antecipar-se uma diminuição das reversões fiscais contra os devedores subsidiários (vg. administradores e gerentes), uma vez que, não operando qualquer suspensão da prescrição das dívidas a estes imputáveis, verificar-se-á a prescrição, em relação a estes, das dívidas cujos devedores originários se encontram insolventes.

Facc à decisão do TC, o Governo vai alterar norma do CIRE?

Tendo em consideração que não é a norma em si - no caso, o art.º 100.º do CIRE - a ser declarada inconstitucional, mas, antes, a interpretação segundo a qual a declaração de insolvência prevista naquela disposição suspende o prazo prescricional das dívidas tributárias imputáveis ao responsável subsidiário no âmbito do processo tributário, não deverão seguir-se quaisquer procedimentos específicos ao acórdão em análise. Apenas deixará de ser possível, à AT e aos Tribunais, efectuar tal interpretação. Tal não impede que venha a ser alterada de novo a lei para se determinar, especificamente, a declaração de insolvência como uma das causas suspensivas do prazo prescricional também relativamente ao devedor subsidiário. ● LS